



ESTRATÉGIAS DE MANIPULAÇÃO DA MÍDIA EM MANCHETES SOBRE CRIMES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Francisca Cordélia Oliveira da Silva (UnB)¹

Christiane Tegethoff Motta de Araujo (UnB)²

Este trabalho tem com objetivo analisar, à luz da Análise de Discurso Crítica (ADC), três manchetes de jornais que contenham notícias sobre crimes de violência contra a mulher. Nossa proposta é explicitar, por meio da análise dessas manchetes, as estratégias linguísticas usadas pela mídia para anunciar tais crimes e as possíveis conseqüências do uso dessas estratégias para o debate do assunto na sociedade. Para a nossa reflexão, contaremos com o arcabouço teórico da ADC (FAIRCLOUGH, 2001, CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), com os estudos relacionados à questão da ideologia na era dos meios de comunicação de massa discutidos por Thompson (1995) e, ainda, com o trabalho desenvolvido por van Dijk (2012; 2015) acerca da tríade: discurso, dominação e poder. Esperamos demonstrar como a mídia se encontra numa posição privilegiada, que a torna responsável pelo modo como a violência contra a mulher é recebido e compreendido pela sociedade.

Palavras-chaves: discurso; manipulação; mídia; violência contra a mulher.

The objective of this paper is to analyze three headlines of newspapers reporting news of violence against women in light of Critical Discourse Analysis (CDA.) Our proposal is to bring out the linguistic strategies used by the media to announce those crimes through the analysis of these headlines, and the possible consequences of the use of these strategies to the debate about this topic by society. We count on the theoretical framework of CDA (FAIRCLOUGH, 2001, CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), on the studies about ideology in the age of mass communication media discussed by Thompson (1995) and, also with the work developed by van Dijk (2012; 2015) about the triad: discourse, domination, and power. We expect to show how the media is in a privileged position, which makes it responsible by the way how violence against women is perceived and understood by society.

Keywords: discourse; manipulation; media; violence against women.

¹ Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Docente da Universidade de Brasília (UnB). Membro do Centro de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica (CEPADIC) e do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (Nelis). *E-mail:* cordelia.prof@gmail.com.

² Mestranda em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). *E-mail:* christianetma@gmail.com.

Introdução

Considerando que vivemos e atuamos em uma sociedade permeada por discursos, visões de mundo e ideologias, é importante refletir acerca dos problemas sociais que podem, muitas vezes, encontrar suas origens em questões discursivas. Os textos, vistos pelos estudiosos da Análise de Discurso Crítica (ADC) como produções sociais que podem ser situadas historicamente e que são fonte de informações relevantes para a compreensão da estrutura de nossa sociedade, são material imprescindível para que seja possível mapear e entender as relações de poder presentes em nossa esfera social, pois dizem muito a respeito de nossas práticas, crenças, ideologias e, ainda, sobre nossas identidades e relações interpessoais.

Em nosso trabalho, trataremos a violência contra a mulher e como a mídia se encontra numa posição privilegiada que pode colocá-la como responsável pelo modo como o assunto é recebido e compreendido pela sociedade. Serão analisadas três manchetes de jornais de circulação nacional, nas quais são anunciados crimes de violência sexual contra a mulher. Nossa proposta é explicitar, por meio da análise dessas manchetes, as estratégias linguísticas usadas pela mídia para anunciar tais crimes e as possíveis consequências do uso dessas estratégias para o debate do assunto na sociedade. A questão de haver ou não uma intenção por trás da forma como tais manchetes são tratadas também será discutida.

Para a análise do material selecionado, contaremos com o arcabouço teórico da ADC (FAIRCLOUGH, 2001, CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), com os estudos de Thompson (1995) relacionados à questão da ideologia na era dos meios de comunicação de massa e, ainda, com o trabalho desenvolvido por van Dijk (2012; 2015) acerca da tríade: discurso, dominação e poder. O trabalho de Van Leeuwen (1997) também será consultado para que possamos situar melhor a questão de como a representação dos atores sociais interfere na interpretação dos textos, principalmente dos textos jornalísticos.

Por fim, proporemos uma reflexão a respeito de uma matéria recentemente publicada pelo *Correio Braziliense*, no dia vinte e um de setembro de 2016, na qual é exposto o resultado de uma pesquisa inédita do Fórum Brasileiro de Segurança Pública acerca de como um número considerável de pessoas (homens e mulheres) vê, na vítima da violência, justificativas para que o crime aconteça (uso de roupas justas, etc.). É justamente para entender como este tipo de mentalidade é possível que nos valeremos

da análise de dados e da Teoria Social do Discurso, a fim de aprofundar um estudo crítico necessário sobre os efeitos que uma ideologia dominante, ao utilizar-se de estratégias linguísticas em veículos disseminadores de informação, pode gerar na formação das posições dos sujeitos sociais diante da questão da mulher vítima de violência sexual.

Nosso trabalho foi, então, estruturado nas seguintes seções, além desta introdução: na seção dois, apresentamos o arcabouço da ADC e como nosso estudo foi feito segundo a ótica da Teoria Social do Discurso; na seção três, realizamos uma análise sobre a ideologia, a mídia e as estruturas linguísticas comumente usadas nos veículos de informação; na seção quatro, apresentamos a análise de três manchetes a respeito de mulheres que sofreram violência sexual e a pesquisa divulgada pelo *Correio Braziliense*. Por fim, na quinta seção, apresentamos a conclusão do estudo e uma reflexão acerca da análise dos dados e da pesquisa publicada pelo jornal *Correio Braziliense*.

Sobre a Análise de Discurso Crítica

A Análise de Discurso Crítica(ADC) é um estudo transdisciplinar no qual se articulam teorias sociais em uma análise de discurso linguisticamente orientada, para que se proponha um quadro teórico-metodológico que dê conta da perspectiva crítica da linguagem como prática social (RESENDE; RAMALHO, 2009). O termo “discurso” deve ser entendido, de acordo com Fairclough (2001), como:

o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90).

Fairclough (2001) entende o discurso como elemento importante e presente em todas as dimensões da estrutura social, constituindo, moldando e restringindo, de forma direta e indireta, as relações sociais, as identidades, as normas e as convenções da sociedade e, ainda, as instituições que lhe pertencem.

Dessa forma, devemos ter em mente que a produção e a distribuição de textos implica ação na sociedade. Nós agimos por meio do discurso na esfera social da qual

fazemos parte e, assim, exercemos influência no mundo. O discurso é, em si, segundo Fairclough (2001, p. 91), “[...] uma prática, não apenas de representação de mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”. Fairclough (2001) deixa claro, ainda, que a prática discursiva (na forma de textos) é parte da prática social, uma vez que a prática social é materializada nos textos e em todas as manifestações simbólicas.

Consideramos, pois, importante a visualização do quadro que apresenta a concepção tridimensional do discurso, proposto por Fairclough (2001, p. 101), para que os conceitos expostos sejam melhor compreendidos:

Figura 1 - Concepção tridimensional do discurso em Fairclough



Fonte: Fairclough (2001).

Para nossa análise, no entanto, o discurso perde sua centralidade, como no quadro apresentado, e passa a ser visto como *um* momento das práticas sociais (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), pois a teoria pretende ser dialética e analisar a articulação entre os *outros* momentos constituintes das práticas sociais, como: “discurso (ou semiose), atividade material, relações sociais (relações de poder e luta hegemônica pelo estabelecimento, manutenção e transformação dessas relações) e fenômeno mental (crenças, valores e desejos - ideologia)”, segundo Resende e Ramalho (2009, p. 38). De outro lado, para Dias (2011):

Visualizar, pois, o discurso como um momento da prática social implica considerar a relação dialética entre as estruturas e os eventos sociais, uma vez que as práticas estão mediando estruturas sociais e ações concretas, ou seja, as estruturas da sociedade são lentamente transformadas por meio das ações reais nas práticas de cada instituição, e vice-versa (DIAS, 2011, p. 9).

Ao nos deparar com a necessidade de entender a complexidade na qual pousam os debates a respeito de como é vista a violência sexual contra a mulher, temos como urgência refletir a respeito do pensamento que coloca sobre a própria mulher a culpa do ato violento a ela impingido. O discurso particular distribuído pela mídia e que é consumido pela sociedade em geral é o alvo de nossa análise, pois os estudos em ADC colocam como prioridade a análise da linguagem (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), já que a linguagem é, podemos dizer, o evento concreto no qual encontramos o objeto de nosso estudo, em relação às estruturas sociais que podemos considerar, portanto, como o evento abstrato.

Para Chouliaraki e Fairclough (1999), qualquer prática articula diversos elementos da vida (vistos como seus momentos), bem como seus mecanismos. Os momentos de uma prática são articulados por meio de relações dialéticas, nas quais um internaliza o outro sem que este seja reduzido por aquele. No que concerne ao caráter transdisciplinar na ADC, Chouliaraki e Fairclough (1999) definem essa característica da ADC como a possibilidade de interpenetração de disciplinas, ou seja, há uma abertura para o diálogo entre teorias (relação dialética), na qual a lógica de uma teoria pode ser 'posta em ação' dentro de uma outra sem que esta última seja reduzida à primeira, trata-se, portanto, de um processo de internalização.

É importante observar que o discurso se mostra como parte da atividade concreta ou como construção reflexiva da prática, na qual o sentido de reflexividade se relaciona ao fato das representações de uma prática serem geradas como parte da própria prática.

Para alcançarmos, portanto, a reflexão pretendida com nosso estudo, iremos nos valer da análise das manchetes selecionadas do ponto de vista da linguística, mas tal análise dialogará com outras questões como, por exemplo, as questões ideológicas ligadas ao tema e, ainda, os problemas associados à posição que a mulher ocupa na sociedade e sua constante luta para ser reconhecida, respeitada e tratada com igualdade em relação ao homem. Concluída esta seção sobre a ADC, passaremos a tratar os conceitos de mídia, ideologia e poder.

Sobre ideologia, poder e mídia

A ideologia, como descreve Thompson (1995, p. 73), “[...] pode ser necessária tanto para manter submissos os grupos, em sua luta contra a ordem social, como para os grupos dominantes, na sua defesa do *status quo*”. O autor trabalha com a concepção crítica da ideologia, na qual seu sentido está diretamente relacionado a um significado negativo, pejorativo, crítico. Para Thompson (1995, p. 73) “concepções críticas implicam que o fenômeno caracterizado como ideologia – ou como ideológico – é enganador, ilusório ou parcial”.

Dessa forma, o autor sugere que os fenômenos caracterizados como ideológicos podem ser alvo de análise e estudo crítico. A ideologia trabalha, pois, com a forma como o sentido é mobilizado na esfera social, e como é usado a serviço do estabelecimento e da sustentação das relações de poder, reforçando, assim, pessoas e grupos que ocupam posições privilegiadas na sociedade.

Em nosso trabalho, o emprego da concepção crítica de ideologia, proposta por Thompson (1995), torna-se uma necessidade, uma vez que os dados apontam para um uso abusivo da linguagem, por parte da mídia, a favor de uma ideologia dominante. Entender, portanto, a ideologia da mídia é entender de que forma, e utilizando quais estruturas, a mídia se coloca como aparelho ideológico capaz de articular a seu gosto as informações e influenciar a sociedade em benefício de um grupo em particular, em detrimento de outro. Pretendemos, ainda, responder a questão a respeito de que grupo é beneficiado pela mídia e qual o grupo prejudicado e, se tal relação de poder existe, por que ela existe?

Para compreender como o poder da mídia é exercido, manifestado, descrito e legitimado por meio dos textos produzidos, é importante, para nossa discussão, entender as características do poder. Para Van Dijk (2015):

O poder social é geralmente indireto e age por meio da “mente” das pessoas, por exemplo, controlando as necessárias informações ou opiniões de que precisam para planejar ou executar ações. A maior parte das formas de controle social da nossa sociedade implica esse tipo de “controle mental” exercido tipicamente por meio da persuasão ou de outras formas de comunicação discursiva, ou resultante do medo de sanções a serem impostas por A no caso de B não atender aos desejos de A (VAN DIJK, 2015, p. 41).

Para o autor, o poder social é uma característica da relação entre grupos e as relações de poder social são visíveis, principalmente, na interação. O grupo que detém o poder necessita, pois, de recursos socialmente disponíveis para desempenhar o poder, tais recursos podem consistir, de forma geral, como um conjunto de benefícios ou atributos que são socialmente valorizados, mas que tenham sua distribuição feita de forma assimétrica, tais como: posição, privilégios, autoridade, conhecimento, habilidade, riqueza, *status* ou apenas a simples pertença a um grupo dominante (VAN DIJK, 2015, p. 42). Para nossa análise, é relevante, ainda, apontar que, como autor afirma, “o exercício e a manutenção do poder social pressupõem uma estrutura ideológica” que será confirmada, construída ou alterada por meio, principalmente, da comunicação e do discurso.

O discurso é um dos meios pelo qual grupos dominantes podem exercer seu poder. Quanto mais poderoso um grupo, mais acesso têm seus membros a variados gêneros, estilos e oportunidades de discurso. Os grupos dominantes têm controle, portanto, da produção de seu material, da articulação, da distribuição e, por conseguinte, da influência (VAN DIJK, 2015).

Na sociedade contemporânea, é importante que nos coloquemos em uma posição crítica, de contestação do papel que a mídia exerce para a construção e a manipulação da opinião dos consumidores (leitores). Silva (2015, p. 280,) reflete sobre o papel fundamental da mídia na produção e distribuição dos “mitos orientadores que moldam nossa concepção de mundo e que servem como um importante instrumento de controle social”.

A mídia é, pois, um dos meios possíveis de se criar, difundir e naturalizar ideologias. É interessante observar o tipo de interação pela qual se dá a comunicação via suportes midiáticos, a “quase-interação” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999): os leitores, consumidores do material produzido e distribuído pela mídia, recebem as informações de forma passiva, uma vez que a comunicação é feita por uma via, na qual não é possível contestação e não é requerida resposta.

Os textos recebidos por TV, jornais e revistas comunicam sem a preocupação de serem contestados imediatamente, pois detêm o turno absoluto da fala e os autores têm suas faces, de certa forma, preservadas pelo nome e pelo valor (atribuído pela sociedade) do veículo pelo qual distribuem seus textos. Dessa forma, os grupos dominantes que se utilizam dos meios jornalísticos para exercer e/ou manter seu poder, já têm, em cada situação comunicativa, a seu favor, o turno da fala, a voz e, assim,

podem decidir sobre qual forma, qual gênero, qual estilo devem usar para atingir seus objetivos e preservar sua ideologia.

Van Dijk (1997), citado por Silva (2015, p. 283), aponta que “depois da família, do círculo de amigos e da escola, a mídia é o principal mediador de significados usado pelas pessoas. Logo, a mídia desempenha papel crucial na reprodução da hegemonia e do controle na sociedade moderna”.

Para entender como reportagens, notícias, manchetes, enfim, toda a comunicação veiculada pela mídia pode ser compreendida como forma material de ideologia (SILVA; FERREIRA, 2014), é importante lembrar o conceito de Althusser (2001) que possibilita apontar a imprensa como aparelho ideológico: “Designamos Aparelhos Ideológicos de Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”. O autor considera como Aparelhos Ideológico de Estado (AIE) as seguintes instituições: a religião, a escola, a família, o direito, a política, os sindicatos, a cultura e a informação (mídia). É importante frisar que a dominação exercida por estes Aparelhos Ideológicos de Estado ocorre de forma dissimulada e simbólica.

No que concerne à mídia enquanto Aparelho Ideológico de Estado, segundo Abramo (2003), “o público - a sociedade - é cotidiana e sistematicamente colocado diante de uma realidade artificialmente criada pela imprensa e que se contradiz, se contrapõe e frequentemente se superpõe e domina a realidade *real* que ele vive e conhece”. O autor enfatiza o caráter manipulador da mídia enquanto instituição na qual os cidadãos depositam sua confiança em receberem, a partir dela, subsídios para avaliar o mundo em que vivem, construir suas opiniões e decidir a posição a partir da qual fazem parte da sociedade. Tal manipulação acontece segundo uma coleção de escolhas feitas pelo jornal para criar, de acordo com suas necessidades, uma imagem, por assim dizer, artificial da realidade, mas que, ao trabalhar em conjunto com outras estratégias que corroboram esta realidade artificial, produz uma ideia de realidade que é consumida e aceita pelo leitor desatento.

Abramo (2003) distingue, portanto, um mínimo de quatro padrões de manipulação usados pela imprensa. Em primeiro lugar, o autor identifica o *padrão de ocultação* que se refere à ausência (ocultação) e à presença (exposição) dos fatos reais na produção da imprensa, no qual o jornal se vê na posição de julgar o que é fato jornalístico e o que não é e, dessa forma, decide por expor ou ocultar um acontecimento. O leitor aceita, assim, como verdade, aquilo que o jornal optou por mostrar, pois ignora não só a informação que foi omitida, mas o fato de que o jornal detém este tipo de poder.

Em segundo lugar, Abramo (2003) aponta o *padrão de fragmentação* que corresponde à forma como os jornais fragmentam o todo real e selecionam aspectos, detalhes e particularidades para serem colocados em evidência. A *seleção de aspectos* e a *descontextualização* (uso da informação isolada de seu contexto) do fato são as duas formas de operação da fragmentação, ambas têm como objetivo dificultar ao leitor a conexão e a interrelação entre informações, o que torna possível a distorção da realidade e a criação de uma realidade artificial, que obedecerá, nesse sentido, às decisões impostas, transmitidas ou adotadas pelos jornalistas que participam do projeto do órgão de imprensa.

Em terceiro lugar, o autor reconhece o *padrão da inversão* que pode ser explicado, resumidamente, como um padrão a ser adotado geralmente após a fragmentação, no qual acontecerá o reordenamento das partes fragmentadas e descontextualizadas. Dessa forma, a troca de lugares e de importância dessas partes, assim como a substituição de umas partes por outras, opera no sentido de destruir a realidade original e criar a realidade artificial planejada pelo jornal.

Em quarto lugar, finalmente, o autor distingue o *padrão de indução* que se apresenta como o resultado final pretendido pela imprensa no qual o leitor, por falta de escolha e por desconhecer as regras que regem a agenda dos jornais, é induzido a acreditar e a aceitar como verdade no que a mídia lhe propõe como realidade, a população se encontra, portanto, na condição de exclusão da possibilidade de ver e compreender a realidade real e consome, sem tomar conhecimento disto, uma outra realidade, artificialmente criada.

Refletir sobre como a mídia constrói seus textos, por meio de quais estratégias e com quais intenções, nos aproxima da compreensão de como essa instituição age de forma tão ativa na formação da opinião dos leitores, na construção de suas percepções de realidade e na manutenção de um projeto de poder da classe dominante.

Sobre os modos de operação da ideologia

Para a análise das manchetes selecionadas, consideramos os estudos de Thompson (1995) acerca do que é ideologia e de quais são os modos de operação da ideologia. Thompson (1995, p. 75) define “ideologia” como o uso dos sentidos a serviço do estabelecimento e da manutenção de dominação em relações assimétricas de poder.

Nesse sentido, portanto, há dominação quando relações estabelecidas de poder são, sistematicamente, desiguais. O autor afirma que a mobilização do sentido e das formas simbólicas, que podem ser caracterizadas como “ações e falas, imagens e textos produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e por outros como construtos significativos”, constituem a realidade social e têm o papel de criar e de manter as relações interpessoais e as relações entre grupos.

Ao distinguir cinco modos gerais por meio dos quais a ideologia pode operar, Thompson (1995) nos concede instrumentos com os quais podemos trabalhar a análise das construções simbólicas e identificar que tipo de estratégias são usadas por quem detém o privilégio de produzi-las. É importante lembrar, no entanto, que os modos apresentados abaixo não são os únicos modos pelos quais a ideologia pode operar e eles podem ou não acontecer mutuamente.

Quadro 1 - Quadro proposto por Paiva (2006) sobre os modos de operação da ideologia

Modos gerais	Natureza	Algumas estratégias típicas de construção simbólica	Expressão
Legitimação	Representação das relações de dominação como justas e dignas	Racionalização	Cadeia de raciocínios
		Universalização	Acordos institucionais
		Narrativização	Tradição eterna e aceitável
Dissimulação	Ocultação/ negação das relações de dominação	Deslocamento	Transferência de termos
		Eufemização	Despertamento de valoração positiva
		Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)	Uso figurativo da linguagem
Unificação	Construção de uma identidade coletiva	Estandarização/ Padronização	Tomada de um referencial-padrão
		Simbolização da unidade	Símbolos de identidade
Fragmentação	Segmentação de indivíduos e/ou grupos	Diferenciação	Ênfase nas distinções
		Expurgo do outro	Construção de um inimigo
Reificação	Retratação da atemporalidade de situações históricas	Naturalização	Eliminação do caráter sócio-histórico
		Eternalização	Fenômenos permanentes

		Nominalização/passivização	Apagamento de atores e de ação
--	--	----------------------------	--------------------------------

Fonte: PAIVA (2006).

Thompson (1995) ressalta, ainda, que

Nenhuma dessas estratégias é *intrinsecamente* ideológica. Se uma dada estratégia de construção simbólica é ideológica ou não, depende de como a forma simbólica construída através desta estratégia é usada e entendida em circunstâncias particulares; depende do fato de a forma simbólica, assim construída, estar servindo, nessas circunstâncias, para manter ou subverter, para estabelecer ou minar, relações de dominação (THOMPSON, 1995, p. 85).

De forma concisa, esclarecemos do que trata cada modo de operação da ideologia até alcançarmos aquele que mais nos interessa em nossa pesquisa, a reificação.

A primeira estratégia a ser caracterizada é a **legitimação**, na qual as relações de dominação são representadas como legítimas, ou seja, como justas e dignas de apoio. Os três tipos de fundamentos sobre os quais asserções de legitimação podem basear-se são:

- A. fundamentos racionais (apelam à legalidade de regras dadas);
- B. fundamentos tradicionais (apelam à sacralidade de tradições antigas);
- C. fundamentos carismáticos (apelam ao caráter de uma autoridade).

A **legitimação** se processa, então, por três formas, que são a *racionalização*, a *universalização* e a *narrativização*. A *racionalização* produz as formas simbólicas que constroem uma cadeia de raciocínio que visa defender, ou justificar, um conjunto de relações ou de instituições sociais. A *universalização*, por sua vez, se caracteriza por tentar apresentar como universais os interesses de alguns indivíduos. A *narrativização*, por fim, se apropria de histórias que contam o passado e retratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável.

A segunda estratégia a ser caracterizada é a **dissimulação**, na qual as relações de dominação são estabelecidas e perpetuadas pelo fato de serem ocultadas, obscurecidas ou negadas. Há três estratégias por meio das quais a dissimulação pode ocorrer, que são o *deslocamento*, a *eufemização* e o *tropo*. No *deslocamento*, observa-se a apropriação de um termo que usualmente se refere a um objeto ou a uma pessoa específico ser usado para se referir a um outro objeto ou a uma outra pessoa. Dessa forma, há uma transferência das conotações positivas ou negativas do termo de um objeto ou pessoa

para outro. Na *eufemização*, observa-se a atribuição de conotações positivas a ações, instituições ou, ainda, relações sociais. Na estratégia denominada *tropo*, nota-se o uso figurativo da linguagem e das formas simbólicas, por meio da sinédoque (uso da parte para se referir ao todo), da metonímia (uso de um termo que toma o lugar de um atributo de uma coisa) e da metáfora (aplicação de um termo ou frase a um objeto ou ação ao qual ele não poderia ser aplicado de forma literal).

O terceiro *modus operandi* da ideologia é a **unificação** que consiste na construção de uma forma de unidade (simbólica) que “interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das divisões e diferenças que possam separá-los” (THOMPSON, 1995, p. 86). A *padronização* e a *simbolização da unidade* são as duas estratégias típicas por meio das quais se dá o processo de unificação. A primeira se expressa por meio de formas simbólicas que são adaptadas a um referencial padrão que é proposto como aceitável e do qual todos devem, conseqüentemente, partilhar. A segunda se expressa por meio da “construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, que são difundidas através de um grupo, ou de uma pluralidade de grupos” (THOMPSON, 1995, p. 86).

O quarto modo de operação da ideologia é a **fragmentação**, na qual relações de dominação são mantidas por meio da segmentação dos indivíduos que compõem um grupo que se apresenta como ameaçador ao poder dominante. A segmentação dos indivíduos torna mais fácil sua dominação. As estratégias típicas deste modo de operação da ideologia são a *diferenciação* e o *expurgo do outro*. A *diferenciação* caracteriza-se pela ênfase que se dá àquilo que um grupo tem de diferente, promovendo a divisão entre pessoas e grupos e destruindo as relações que poderiam ameaçar o poder dominante. O *expurgo do outro*, por sua vez, caracteriza-se por promover a construção de um inimigo que é retratado como nocivo e ameaçador contra o qual a população deve se unir para combater.

Finalmente, a quinta estratégia a ser distinguida por Thompson (1995) é a **reificação**:

[relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal. Processos são retratados como coisas, ou como acontecimentos de um tipo quase natural, de tal modo que seu caráter social e histórico é eclipsado. A ideologia *como* reificação envolve, pois, a eliminação, ou o ofuscamento do caráter sócio-histórico dos fenômenos (THOMPSON, 1995, p. 87).

Esse modo de operação da ideologia pode ser expresso por meio das estratégias da *naturalização*, da *eternalização* e, ainda, por meio de recursos gramaticais e sintáticos tais como a *nominalização* e a *passivização*. A *naturalização* caracteriza-se, pois, por tratar algo que é uma criação social e histórica como natural ou como resultado de características naturais, por exemplo, a divisão do trabalho entre homens e mulheres estabelecida pela sociedade pode ser retratada como um resultado das diferenças entre os sexos. A *eternalização*, por sua vez, é semelhante à *naturalização*, pois apresenta fenômenos sociais e históricos como fenômenos imutáveis, recorrentes e permanentes, destituídos, assim, de seu caráter puramente histórico – por exemplo as tradições e instituições já cristalizadas na esfera social, cujas origens e finalidades não são questionadas, pois são aceitas como algo pertencente, naturalmente, a esta sociedade. A *nominalização* consiste na transformação de sentenças (ou parte delas) – nas quais há a descrição de uma ação e dos participantes nela envolvidos – em nomes. Por fim, a *passivização* acontece quando os verbos da voz ativa são colocados na voz passiva, promovendo, assim, um apagamento do sujeito que praticou a ação. Em ambos os recursos, a atenção do ouvinte ou leitor é levada a se concentrar em certos termos com prejuízo de outros.

Para a reflexão e a análise acerca dos dados selecionados utilizaremos, portanto, o conceito de ideologia proposto por Thompson (1995) e os modos de operação da ideologia distinguidos por este autor. É importante ressaltar que vários teóricos abordam nuances diferentes acerca do tema, o que torna necessário que se escolha uma posição com a qual trabalhar. A seção a seguir apresentará as manchetes selecionadas e a análise dos textos considerando o arcabouço teórico que a ADC oferece.

O que os dados revelam

Na análise dos textos, segundo Fairclough (2001), será abordado, principalmente, o item gramática, ou seja, trataremos da combinação das palavras em frases e orações. É importante observar que “a partir da intenção e do contexto no qual estão inseridas, as pessoas escolhem do sistema linguístico as estruturas que lhes parecem mais eficientes para construir suas representações” (FUZER et al, 2009). Dessa forma, passemos à análise das manchetes e fiquemos atentos às formas como a representação

da mulher vítima da violência sexual é feita em oposição à representação do autor da violência.

A primeira manchete que apresentaremos foi retirada do jornal *online* “Extra” do *site* extra.globo.com no dia 21 de maio de 2015:

**Menina que foi estuprada por três em SP
recebe ameaça e se sente culpada: ‘Ela está
se achando um lixo’**

O título da notícia encontra-se na voz passiva, “menina *foi estuprada*”. A vítima é colocada na posição de tópico na manchete, e, apesar de ser mencionado que ela tenha sido “estuprada por três”, o leitor não tem acesso a quem são estes três.

O título da notícia evidencia apenas a menina, o agente da ação verbal “estuprar” foi apagado. Corroboram com a ênfase negativa dada à menina vítima da violência sexual as informações: “se sente culpada” e “Ela está se achando um lixo”, declarações que, mesmo entre aspas, não são atribuídas a um agente. A ação do estupro foi representada segundo a perspectiva do Paciente (aquele que sofre a ação) e não do Agente (aquele que age, o responsável pela ação). Este tipo de estratégia, a passivização, retira o realce da agentividade dos participantes a que se faz referência e, segundo Van Dijk (2012):

A Análise do Discurso Crítica tem realçado com frequência que essas diferenças sintático-semânticas do discurso, combinadas, podem também ter implicações sociais ou políticas, por exemplo, quando os falantes querem criticar os autores da ação ou livrá-los de responsabilidade por ações positivas ou negativas (VAN DIJK, 2012, p. 230).

Desse modo, podemos dizer que, por meio da construção da manchete na voz passiva, o agente da violência teve sua imagem preservada, em detrimento da menina que foi exposta, e a responsabilidade do agente diante do crime foi ofuscada pelas declarações da vítima sobre se sentir ameaçada e culpada.

A fragmentação da realidade de que trata Abramo (2003) pode ser vista nesta primeira manchete analisada, quando o produtor do texto afirma que a vítima do crime é uma “menina”, mas não menciona sua idade. Esse fato é relevante porque, quanto mais jovem for essa menina, maior a gravidade do crime cometido pelos três homens. A

mesma manchete apresenta ainda informações manipuladas por ocultação quando o texto menciona que a menina sofreu ameaça e não indica quem foi o autor dessa ação. Por fim, a mesma manchete peca ao citar um discurso direto sem apresentar seu autor: quem declara que a menina está se achando uma lixo?

Em seguida, apresentaremos outro título de notícia a respeito de violência sexual contra a mulher, desta vez do jornal *Correio Braziliense*, publicada no dia 2 de janeiro de 2016 diretamente do *site* www.correiobraziliense.com.br:

Jovem é estuprada por segurança em festa de réveillon na Asa Norte

Segundo a jovem, ela foi estuprada por dois seguranças e decidiu fazer o relato para alertar outras mulheres

Nesta manchete, o agente do ato violento encontra-se expresso, mas, mais uma vez, na voz passiva. A vítima “Jovem” ocupa a posição de maior realce, de tópico, e a informação contida no *lead* da notícia referente ao número de homens que agiram contra a jovem foi atenuada no título, no qual consta apenas “segurança”, no singular. Essa opção pelo singular para expressar um sujeito composto por dois agentes pode ser entendida como um paradoxo na construção da manchete, por um lado, ou como uma escolha que atenua o ato praticado, por outro.

A escolha por um léxico específico e por uma estrutura gramatical particular pode revelar, segundo Van Dijk (2012), que tais textos, quer sejam escritos por homens quer por mulheres, são construídos com base em modelos mentais (representações cognitivas das experiências vividas) que adotam uma perspectiva masculina. O fenômeno de se buscar apagar ou ofuscar a função do homem como protagonista do seu ato violento pode ser interpretado como uma manifestação geral de um preconceito no discurso dentro de um grupo, é, também, a manifestação de suas ideologias e de seus modelos mentais de eventos.

Van Dijk (2012, p. 231) afirma, ainda, que “[...] os membros do grupo tendem a dar um peso menor às ‘más’ atitudes e ações de seu próprio grupo”. Dessa forma, considerando que o autor da reportagem compartilha de uma perspectiva preconceituosa masculina, sua escrita poderá refletir uma necessidade subjacente de amenizar a culpa daqueles “pertencentes” ao seu grupo.

Na manchete que se apresenta a seguir, observamos um tipo ainda mais grave, por assim, dizer, da passivização. A notícia foi publicada no *Correio Braziliense*, no dia 3 de agosto de 2016 e visualizada no *site* do jornal (www.correiobraziliense.com.br):

Médica cubana é estuprada dentro de unidade de saúde em Pernambuco

A integrante do Programa Mais Médicos, cujo nome e idades não foram divulgados, teria sido violentada na segunda-feira passada

Nesta manchete, observamos a preferência do jornal em apresentar a informação na voz passiva, colocando, mais uma vez, a vítima na posição de tópico, uma posição de realce que coloca em evidência apenas a mulher, médica, vítima do estupro.

Tanto no título principal quanto no *lead* da notícia, não encontramos o sujeito agente da ação do estupro. A manchete não traz à superfície o autor do crime, pelo contrário, decide por excluí-lo totalmente. O ator social (o estuprador) foi distanciado de sua atividade (o estupro), sua representação foi apagada, suprimida.

Segundo Van Leeuwen (1997), as representações podem tanto excluir quanto incluir atores sociais para servir aos interesses e aos propósitos dos produtores dos textos em relação aos leitores/consumidores a quem se dirigem. Ao analisar quem ocupa a posição de agente e quem ocupa a posição de paciente, estamos realizando a importante tarefa de buscar compreender os papéis que são dados aos atores sociais para cumprirem funções específicas em representações. Esta questão é importante para a nossa avaliação uma vez que, segundo Van Leeuwen (1997):

não é necessário que haja congruência entre os papéis que os atores sociais desempenham, de facto, em práticas sociais e os papéis gramaticais que lhe são atribuídos nos textos. As representações podem redistribuir papéis e organizar as relações sociais entre os participantes (VAN LEEUWEN, p. 186).

Dessa forma, a distribuição de papéis por meio do uso de estruturas gramaticais específicas em textos de grande alcance entre a população compromete a difusão da verdade, dos fatos, bem como a forma como tais informações são consumidas pelos leitores. Não só no Brasil, mas também em vários países (Canadá, Estados Unidos e Reino Unido), segundo Van Dijk (2012), há vários estudos no sentido de mostrar a forma com os jornais representam crimes de violência sexual contra as mulheres.

Esses estudos evidenciam que o uso da voz passiva é uma das estratégias escolhidas pelos jornais para minimizar ou ofuscar a violência dos homens. Para Van Dijk (2012), o que determina tais escolhas sintáticas não passa pela questão objetiva do gênero masculino, ou seja, do “ser” homem, mas pela autorrepresentação em que o

gênero está presente, e junto a isso, o fato de que os homens não se identificam com os autores de práticas sexistas. Tal análise corrobora a nossa proposta de mostrar que tais construções gramaticais são utilizadas com uma intenção tácita de proteger, de excluir ou omitir os autores dos crimes, livrando-os da exposição e, conseqüentemente, privando-os de constituir um modelo mental no qual homens são maioria em um foco negativo a respeito de um assunto específico, no caso, a violência sexual contra a mulher.

Há de se avaliar os impactos que tais representações das mulheres nesses tipos de notícia podem produzir na formação de sua identidade. Cody (2011) sugere que as pessoas se conhecem (ou se reconhecem) de determinada maneira, a partir do que é distribuído pela mídia de massa e não pelo que realmente existe. A mídia (jornais, revistas, televisão, entre outros), segundo o autor, é responsável pela formação dos grupos, bem como pela compreensão do conceito de coletividade sob o qual as pessoas se organizam. Dessa forma, entendemos a importância que o material produzido e publicado tem na forma como os leitores vão se reconhecer, se identificar e se sentir representados.

O uso recorrente da estratégia da reificação, por meio da passivização, para apagar o agente masculino real responsável pela violência pode, então, ser visto como uma das formas pela qual a sociedade naturaliza a violência sexual contra a mulher, ofuscando seu caráter social e histórico.

O uso da passivização, como vimos até aqui nas manchetes selecionadas, faz parte de um tipo de padrão de manipulação usado pela mídia. É possível dizer, portanto, que estamos diante do *padrão de fragmentação*, como proposto por Abramo (2003), no qual os jornais fragmentam o todo e selecionam apenas alguns aspectos para serem colocados em posição de destaque. O uso da estratégia de *seleção de aspectos* é o que permite que o texto seja organizado (ou reorganizado) seguindo uma proposta do jornal e que haja, como consequência, uma distorção da realidade imperceptível para o leitor.

Em seguida, propomos a leitura parcial da reportagem publicada no *Correio Braziliense*, por meio do *site* www.correio braziliense.com.br, no dia 21 de setembro de 2016, acerca da pesquisa inédita feita pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública; ela ilustra o tema da violência sexual e, de certa forma, explica o motivo de os jornais, muitas vezes, silenciarem ou escamotearem o sujeito (criminoso) em casos de estupro:

Um em cada três brasileiros culpa as mulheres por estupro, diz pesquisa

Pesquisa inédita do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra que 42% dos homens acham que a violência sexual acontece porque a vítima não se dá ao respeito ou usa roupas provocativas. O que impressiona é que 32% delas concordam

Apesar de os debates sobre os direitos das mulheres terem se intensificado neste ano — provocados por casos de repercussão nacional como o estupro coletivo de uma jovem, no Rio de Janeiro, em maio —, praticamente um terço da população brasileira ainda acredita que a culpa da violência sexual é da vítima. Os dados são da pesquisa inédita #ApolíciaPrecisaFalarSobreEstupro, encomendada ao Datafolha pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). O levantamento apresenta que 42% dos homens acreditam que o estupro acontece porque a mulher não se dá ao respeito e/ou usa roupas provocativas, e 32% das mulheres têm a mesma opinião. A pesquisa será lançada hoje no 10º Encontro Anual do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que tem como tema a “Violência Contra a Mulher, Acesso à Justiça e o papel das Instituições Policiais”.

O resultado, de certa forma, não surpreende especialistas. De acordo com o vice-presidente do FBSP, Renato Sérgio de Lima, a informação era esperada, mas o número é muito alto e preocupante. “Para mim, como homem, fico extremamente incomodado ao saber que quase metade dos meus pares não vê a mulher como um ser que tem direitos sobre suas vontades e, principalmente, sobre seu próprio corpo. É um dado muito perverso”, comenta. Para a doutora em direito pela Universidade de Brasília (UnB) Soraia Mendes, é uma realidade muito difícil de se encarar, mas a percepção da sociedade é essa. “É impressionante que essa cultura da culpabilização da vítima ainda permaneça. A vítima é sempre vítima, não importa aonde ela esteja ou o que ela esteja usando”.

A diretora-executiva do Fórum, Samira Bueno, uma das autoras da pesquisa, comenta que essa percepção da sociedade em relação à mulher não chega a ser surpreendente, até porque o resultado se aproximou da última pesquisa realizada, em 2014, sobre o tema, na qual o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) evidenciou que 26% da população concorda total ou parcialmente com a afirmação de que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. E, ao analisar os números separados, a pesquisa trouxe uma esperança de mudança: a maioria das pessoas que respondeu positivamente ao questionamento está na faixa etária acima de 60 anos (44%), tem o nível de escolaridade de Ensino Fundamental (41%) e mora em municípios com até 50 mil habitantes (37%).

“É um cenário muito ruim, mas dá uma esperança para a mudança, já que os jovens estão seguindo uma linha de pensamento mais progressista. Nesses municípios menores, e entre as pessoas mais velhas, a população tende a ser mais conservadora, machista. Ainda acha que o lugar da mulher é dentro de casa, cuidando dos filhos”, comenta Samira. Renato Lima ressalta o mesmo ponto e acredita que esse aspecto é positivo nos dados. “Esses municípios menores têm papel chave nessa moralidade brasileira”.

No país, de acordo com 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, somente em 2014, foram registrados 47.646 casos de estupro em todo o país. Isso significa um estupro a cada 11 minutos. Para a professora Soraia Mendes, o mais importante da pesquisa não é a informação, porque isso é uma cultura que exige um trabalho constante que não será mudada de uma hora para outra, mas é preciso divulgar,

alertar, dizer “que está errado”. “Temos um longo processo de modificação da cultura e da luta pela igualdade de gênero. Precisamos olhar para esses dados com a gravidade que eles têm”.

A pesquisa também mostra que 65% da população brasileira têm medo de ser vítima de agressão sexual. Entre as mulheres, o dado chega a 85%. Para Samira Bueno, quando detalha-se o número por regiões, a informação se torna impressionante. No Nordeste, 90% das mulheres têm medo de serem atacadas, e no Norte, 87,5%. Já no Sul, a taxa é de 78%, no Sudeste e no Centro-Oeste, 84%. “Essa diferença regional é muito pesada. E faz todo o sentido. A oferta de serviços públicos que mulheres vítimas de violência têm nessas regiões é infinitamente pior”. O levantamento também mostra a confiança da população em relação ao atendimento oferecido às vítimas nas instituições policiais. De acordo com a pesquisa, apenas 36% da população concorda que policiais militares estão bem preparados para atender mulheres vítimas de violência sexual. (...)

Considerações Finais

Considerando a análise das três manchetes selecionadas, nas quais observamos a opção dos jornais pelo uso da voz passiva ao tratarem do tema do estupro de mulheres, é possível identificar a estratégia da reificação, na qual tais construções, encontradas em veículos de distribuição de massa, buscam naturalizar a violência sexual contra a mulher. Por meio da reificação, uma das estratégias ideológicas de uso do sentido, é que são estabelecidas e sustentadas as relações de dominação; a forma como os jornais retratam os crimes de violência contra a mulher, apagam não só o sujeito, agente do crime, mas ofuscam também a culpa, a responsabilidade que este carrega diante do fato, e a vítima é, pois, colocada no centro do problema. A forma como os textos são organizados nas manchetes demonstram, portanto, um projeto de manipulação do jornal, ao fragmentarem a informação e selecionarem aspectos específicos para serem colocados em evidência.

Tal estratégia da mídia beneficia a “classe homem”, distanciando-a da questão da violência contra mulher, apagando sua responsabilidade, seja tal fato devido a um modelo mental de autorrepresentação masculino compartilhado por aqueles que determinam a linha editorial do jornal, seja por repetição de padrões já estabelecidos, o fato é que a escolha por um padrão gramatical específico para notícias específicas denota uma intenção por parte do jornal de manipular os significados e os sentidos e distribuí-los aos seus leitores de acordo com suas necessidades.

A pesquisa divulgada pelo *Correio Braziliense* mostra que 42% dos homens consultados acreditam que a violência sexual acontece porque a mulher não se dá ao respeito e/ou usa roupas provocativas, e outra porcentagem alarmante é a de que 32% das mulheres têm a mesma opinião. Dentre as diversas possibilidades para explicar tais constatações, devemos nos lembrar da tradição machista de nossa sociedade, do tratamento desigual que mulheres recebem, em detrimento dos homens. É importante considerar, também, certo desconhecimento, por parte da população dominante, que há uma parcela significativa de indivíduos que não reconhecem ou desconhecem as relações de dominação que há entre homens e mulheres.

Por fim, devemos refletir acerca de como as informações de que dispomos por meio da mídia, são consumidas de forma, principalmente, passiva, acrítica; nesse sentido, é possível que anos de apagamento do sujeito criminoso tenham contribuído para a construção de um modelo de representação feminina nos leitores que coloque a mulher no centro do problema, agente/paciente, portanto, da violência que ela sofre.

Abramo (2003) aponta que é possível encontrar um grande número de reportagens que não são manipuladoras e que, algumas vezes, a construção de um texto de forma manipuladora pode ser fruto de um erro involuntário. Diante da persistência de certos padrões de manipulação, no entanto, é fundamental que o leitor, consumidor dos textos que circulam na mídia, adquira um olhar crítico diante daquilo que lê e, a partir de um comportamento menos passivo na busca pelos fatos, possa, ele mesmo, questionar o que é essa realidade imposta pela mídia, o que é distorção e o que ele pode aceitar como fato.

Referências

ABRAMO, P. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 2001.

CHOULIARAKI, L; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity. Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburg: Edinburgh University Press, 1999.

CODY, Francis. Public and Politics. *Annual Review of Anthropology*, Toronto, v. 40, p. 37-52, junho de 2011.

- DIAS, J. F. *Analistas de Discurso e sua Prática Teórica e Metodológica*. Cadernos de Linguagem e Sociedade, 12 (2). 2011.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FUZER, C.; OLIVEIRA, N.L.; BLANK, M. T.; Representação de atores sociais em texto jornalístico. *Revista Disciplinarum Scientia. Série Artes, Letras e Comunicação*, S. Maria, v. 10, n. 1, p. 95-110, 2009.
- PAIVA, C. G. Uma viagem pelo discurso parlamentar: gênero discursivo por desvendar. 122 f. Dissertação de Mestrado em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília. 2006.
- RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2009.
- SILVA, F. C. O. *A representação da raça negra no Brasil: ideologia e identidades*. Brasília: Editora Movimento, 2015.
- SILVA, F. C. O.; FERREIRA, G. Q. Ideologia e manipulação em reportagens sobre planos de saúde. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 7, p. 52-68, dezembro de 2014.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*: Tradução Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2015.
- VAN DIJK, T. A. *Discurso e contexto*. Tradução Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.
- VAN LEEUWEN, T. A representação dos actores sociais. In: PEDRO, E. R. (Org.). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho, 1997. p. 169-222.

